

cial, sobre as famílias, nem sempre são eficazes, o que então sustenta as instituições que delas se ocupam? Talvez a força de um hábito de andar em círculos: a divergência leva à vontade de intervir; a intervenção leva à vontade de divergir. Poderíamos questionar a própria consistência de tais vontades. Teriam elas alguma outra função de controle além da normalização ou anormalização?

Quando dizemos que o desvio é expressão negativa de relações sociais vigentes, nós o projetamos na sombra destas relações. Se o tomamos, porém, de uma forma positiva, obteremos que as populações marginalizadas produzem formas de vida que condizem perfeitamente com o melhor padrão de sua condição marginal. As condições do desviante e do adaptado aqui se confundem. O delinqüente, por exemplo, é um desadaptado, do ponto de vista da norma; mas se nos basearmos em sua realidade de vida, ele pode até se tornar um herói, um modelo — como já se tornaram alguns famosos bandidos.

É pela desqualificação que se exerce o maior controle sobre as possibilidades de singularização nos grupos ditos marginais. A situação das famílias que os constituem é sempre encarada sob uma perspectiva negativa, a da falta. O que falta a estas famílias, além de condições materiais, são condições morais, psíquicas, intelectuais... falta-lhes até consciência de classe. Ora, tudo o que falta deve ser suprido. Se tudo, porém, é tomado como falta, haja maneiras de supri-las! Se tudo é tomado como falta, a supressão de todas elas é uma tarefa impossível, um verdadeiro trabalho de Sísifo. O trabalhador social produz assim a sua própria impotência.

Do ponto de vista da população desqualificada, a imagem da falta também é impotencializadora. Se sua vida é pautada por carências que nada nem ninguém é capaz de suprir, isto produz passividade e desesperança. Na há esforço pela afirmação de suas formas de vida, e sim pela negação destas. A imagem da carência fortalece a imagem da opulência. A população acaba, assim, por se ver com os mesmos olhos daqueles que a desqualificam. Há também aqui um en-

fraquecimento enquanto grupo, na correlação de forças sociais que se embatem. Ele ocorre em função da dependência em relação a outras categorias sociais que, supostamente, detêm os meios para suprir as faltas. Espera-se o líder ou a instituição que salvará a sociedade, isto é, suprirá todas as suas carências. A cada mudança de governo, porém, uma nova decepção vem confirmar que, realmente, a situação não tem jeito.

As vontades de integração social e de normalização têm, como ponto de apoio, o embate das forças sociais em conflito. As instituições encarregadas de tal controle não podem dar conta de duas tarefas opostas: preservar-se enquanto instituição e extinguir as causas de sua existência. Neste impasse, qual o lado que prevalece? Basta observar os resultados: a divergência permanece, ajudando assim a perpetuar a instituição. À elite tecnocrata que atua nas instituições não interes-

sa, portanto, acabar com os desvios e sim administrá-los.

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- CAVALLIERI, Alyrio. *Direito do Menor*, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1978.
- CAMARGO, Antônio Chaves (org.). *O Menor e seus Direitos/Audiências Inter-Profissionais*. São Paulo, Lex Ed., 1982.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer (org.). *Meninos de Rua*. São Paulo, IBREX, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade/ A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FREIRE COSTA, Juandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª Ed. 1983.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, 2ª Edição.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- MARREY, Adriano. *Menores*. São Paulo, Associação Paulista dos Magistrados, 1980.

Contraponto

Genaro Ieno Neto

Depto. de Psicologia Universidade Federal da Paraíba

A intranquilidade que a autora do artigo acima expressa não é dela só e nem é produto apenas dos "dias de hoje": qual o nosso papel enquanto técnicos assalariados de instituições públicas ou privadas frente ao conflito entre os interesses dessas instituições, que pagam nosso trabalho, e as expectativas da clientela sobre a qual devemos exercer nossa prática profissional? Devemos optar por um dos pólos do conflito ou servir de intermediação entre eles?

Essas questões vêm sendo discutidas e enfrentadas em uma área de atuação, a Educação Popular, há pelo menos vinte e cinco anos: qual o papel do educador junto às camadas populares de nossa sociedade? As respostas a essas questões têm sido dadas diferentemente, conforme a conjuntura política do País e a opção política do educador no que diz respeito a que tipo de interesses ele está disposto a servir em sua prática educativa.

A palavra política aparece no centro da caracterização das condi-

ções em que as respostas às questões propostas pela autora vêm sendo dadas, pelo menos na área da Educação Popular, ou se quisermos na área do Trabalho Social (vide o movimento de "Reconceitualização" no Serviço Social). A palavra política nos remete a seu conteúdo básico que é a questão do poder. E no contexto particular sobre o qual estamos falando nos deparamos com a relação poder/saber ou poder/cultura. Compreender essa relação tem sido fundamental no Trabalho Social e em práticas de Educação Popular, principalmente, para se ir pesquisando e criando condições de trabalho que superem o impasse e a intranquilidade apontadas pela autora.

Quem sabe, a experiência acumulada em Educação Popular não poderia ajudar, a nós, psicólogos, a compreendermos melhor o nosso papel junto às camadas populares? Afinal, prática educativa e prática terapêutica não trabalham ambas com um mesmo objeto: a cultura?